

DOUTOR RODRIGUES, BARÃO DE SANTA EULÁLIA.

(A vida de um “barão do café”).

Há menos de dez anos, conhecia eu muito pouco, quase nada, a respeito do Barão de Santa Eulália. Quando ia até Lorena, contemplava sua fisionomia austera, emoldurada num belo retrato a óleo que presidia o salão de visitas da casa de meu Pai. Sabia que ocupara cargos públicos de importância para a vida da Província e, sobretudo, para sua cidade natal. Não ignorava que falecera relativamente moço, aos 50 anos, dez meses antes da proclamação da República. Fora disso, muito pouco mais.

No entanto — por absurdo que isto possa parecer — êsse homem é o meu Avô, pelo lado paterno.

Muito fácil é a explicação do fato. Falecera o Barão de Santa Eulália dois anos e meio antes do casamento de meu Pai e 21 anos antes do nascimento. Além disso, por uma questão de temperamento, meu Pai era um homem fechado, sem grandes expansões, que poucas oportunidades encontrava em falar de nosso Avô paterno, em relação ao qual nossa curiosidade era forçosamente limitada.

Tais circunstâncias colocam-me, neste momento, inteiramente à vontade e sem o menor constrangimento para transmitir o que pude reunir a respeito da personalidade e da vida do **Doutor Rodrigues, Barão de Santa Eulália**.

Honestamente, não vou tratar, aqui, de um de meus Avós — a quem só me prendem os laços de sangue e o respeito que devemos aos nossos antepassados. Para mim, neste momento, o Barão de Santa Eulália aparece como simples personagem histórico, como um advogado e político de Província que viveu no Segundo Império, como um exemplo (entre outros muitos) de um “Barão do Café” do legendário Vale do Paraíba.

Para reconstituir sua vida e os traços marcantes de sua personalidade, utilizei principalmente o que restou do arquivo do próprio biografado, tudo quanto se salvou da

inevitável dispersão que os anos trazem, mormente em se tratando de uma casa que, a partir de 1921 (ano em que faleceu a Baronesa de Santa Eulália), só era por nós visitada em períodos relativamente curtos e por onde, nos derradeiros dias da Revolução de 32, passaram as tropas da Ditadura, deixando marcas revoltantes de seu vandalismo. Tive a felicidade de recolher alguns livros de assentamentos, nos quais o Doutor Rodrigues transcreveu discursos e relatórios seus, a par de documentos expressivos de sua vida pública. Tenho comigo outros papéis, em que aparece retratada sua vida financeira (com todos os altos e baixos) e em que figura a relação de seus escravos (com indicações referentes à idade, habilidade e valor de compra). Guardo com carinho fotografias de família, diplomas e documentos vários. E, principalmente, pude reunir uma grande quantidade de cartas, correspondentes a um período de cerca de 25 anos — cartas políticas (acompanhadas, quase sempre, da respectiva resposta em rascunho), cartas de sua espôsa, cartas dirigidas a meu Pai adolescente ou já acadêmico de Direito. Tudo isso sem que seja esquecido o fato de que sua Biblioteca (embora desfalcada) pôde ser por mim examinada, através de prolongados contactos que me encheram de indizível prazer espiritual.

No dia em que acabei de analisar todo êsse farto e variado documentário, a figura do Barão de Santa Eulália como que saiu da bruma que a envolvia. Tive diante de mim o advogado e o político, o fazendeiro de café e o amigo da instrução, e — acima de tudo — o Homem. Procurei, então, recolher o depoimento de parentes meus, notadamente aquêles que tiveram a ventura de conhecê-lo e que Deus ainda conserva, ou aquêles que guardaram reminiscências de seus contemporâneos. Passei a admirá-lo e a venerá-lo (mais de 60 anos após seu falecimento), não apenas como Avô, Pai de meu Pai, mas como um homem honrado, culto, íntegro entre os que mais o foram.

E' esta a vida que vou focalizar, na esperança de oferecer aos historiadores uma contribuição, embora modestíssima, para o conhecimento de uma sociedade e de uma época das mais expressivas de nossa História.



OS ANTECEDENTES.

Foi por volta de 1830 que chegou a Lorena um menino chamado **João José Rodrigues**. Tinha então uns 13 anos de idade e procedia da Província de Santa Catarina, onde teria nascido

na cidade de Laguna, em setembro de 1817. Acolheu-o paternalmente o comendador José Vicente de Azevedo, honrado comerciante português, que se havia casado com Dona Maria da Guia, filha primogênita do Capitão-mor Manuel Pereira de Castro, Juiz Ordinário da vila e abastado fazendeiro, “senhor de engenho”, grande produtor de aguardente, melado, açúcar, milho, feijão, arroz, farinha de mandioca, amendoim e algodão, dono de 2 mil pés de café e de 48 escravos, proprietário de tropas de burros que galgavam periodicamente a Serra da Mantiqueira em demanda do Sul de Minas Gerais, prestigioso chefe do Partido Liberal até o ano de sua morte, em 1846.

Por que motivo teria o comendador José Vicente amparado êsse menino catarinense, dando-lhe o emprêgo de caixeiro em sua casa comercial?

Eis uma pergunta difícil de ser respondida. Mas é provável que se deva ao próprio comendador a vinda do jovem João José Rodrigues para a então Vila de Lorena. E’ que José Vicente de Azevedo pertenceu à Guarda de Honra de Dom Pedro I, tendo sido promovido ao posto de Tenente em 1830. Teria êle acompanhado o Imperador em sua viagem até o sul, quando esteve em Santa Catarina em janeiro de 1827? Se assim aconteceu, não teria sido nessa ocasião que o então Sargento José Vicente de Azevedo veio a conhecer o menino João José? E quem nos dirá que, por motivos que ainda desconhecemos, não o trouxe consigo ao regressar do sul, em companhia do Imperador? Simples hipóteses a considerar.

Êsse rico negociante português — o comendador José Vicente de Azevedo — tinha em sua casa de comércio um outro empregado, português como êle: João José Antunes Guimarães. Viviam-se os dias agitados da Menoridade e da Regência, estando a política local em efervescência, ainda mais porque José Vicente de Azevedo era o chefe do Partido Conservador, embora fôsse casado com a filha mais velha do Capitão-mor, chefe do Partido Liberal.

Nessa atmosfera de incertezas — sob a regência do Padre Diogo Feijó, a Revolução Farroupilha lavrando no sul, a Cabanada ensangüentando o Pará, os liberais exaltados agitando a idéia republicana — a família do Comendador encontrava-se em constante sobressalto. Certo dia, exatamente quando o chefe conservador se preparava para ir à Côrte, chegou-lhe às mãos uma carta anônima que lhe anunciava estar-se tramando o rapto de suas duas filhas mais velhas — Ana Vicência, então com 19 anos, e Maria Leopoldina, com 17 anos. Premido pela necessidade de viajar e alarmado diante da ameaça que

pairava sôbre seu lar, José Vicente de Azevedo sentiu necessidade de ouvir sua espôsa Dona Maria da Guia, a fim de tomarem uma decisão naquela difficil emergência. A solução não tardou em ser encontrada: considerando a amizade que os ligava aos seus dois auxiliares e levando em conta suas qualidades pessoais, ficou deliberado pelo casal que ambos se tornariam imediatamente noivos das filhas ameaçadas, as quais passariam, assim, a ter quem melhor por elas velasse. Maria Leopoldina, provâvelmente mais afoita que sua irmã, conseguira ouvir a conversa dos pais e não titubeou em se apresentar perante êles, para declarar: “Eu prefiro o Rodrigues, que é o mais bonito...”. Naturalmente, o Comendador luso não apreciou tal intromissão, que, além do mais, demonstrava uma deplorável bisbilhotice de sua filha; censurou-a seriamente por isso, mas... acabou cedendo.

Foi desta maneira original que João José Rodrigues entrou para a família, vindo a casar-se com uma neta do Capitão-mor; e naquele dia viu traçado o seu destino. Sob a proteção do prestigioso sôgro (que era Cavaleiro da Ordem da Rosa e, mais tarde, foi feito Comendador da Ordem de Cristo, Delegado de Polícia, além de chefe dos conservadores, até sua morte, em 1844) e graças às suas qualidades de cidadão, a carreira do catarinense desconhecido — que, na Lorena de seu tempo, tinha a alcunha de **João Catarina** —, se não foi brilhante, foi muito digna. Adquiriu, em 1869, a Fazenda da Conceição, situada no Bairro do Pôrto do Meira, onde não só plantou muito café, como também trigo e algodão. O trigo, moído na própria Fazenda, fornecia-lhe a farinha com que pôde manter a primeira Padaria estabelecida em Lorena, numa época em que era costume generalizado cada família fabricar seu próprio pão; com o algodão, tecido na Fazenda, produzia roupas para seus muitos escravos. Foi negociante matriculado e passou a ser um dos capitalistas da cidade. Nomeado para a Guarda Nacional, alcançou nela o alto pôsto de Coronel Comandante. A partir de 1869 (quando foi assassinado o Coronel José Vicente de Azevedo, seu cunhado) até o ano de seu falecimento, em 1879, foi indiscutivelmente o chefe do Partido Conservador na cidade que amava como se fôra a de seu berço.

Alguns meses antes, nesse mesmo ano de 1879, havia falecido em Lorena um outro abastado comerciante português — **Joaquim José Moreira Lima**, que em 1827 também entrara para a família do Capitão-mor Manuel Pereira de Castro, pois veio a casar-se com uma de suas filhas — Dona Carlota Leopoldina. Estabelecendo-se como negociante, conseguiu acumular uma das

maiores fortunas de todo o Vale do Paraíba e fêz construir em Lorena o mais rico de seus palacetes da época imperial, num dos ângulos do Largo da Matriz, bem próximo do antigo pôrto de Guaipacaré e que ainda hoje constitui uma das reliquias do glorioso passado da cidade. Já depois de sua morte, sua espôsa foi agraciada com o título de Viscondessa de Castro Lima; e, com a fortuna que herdou, pôde cumular Lorena de inexcetíveis benemerências até seu falecimento, em 1882.

Unidas pelos laços de parentesco, embora separadas pelas convicções políticas, essas duas ilustres famílias — a dos Rodrigues e a dos Moreira — entrelaçaram-se pelo casamento, no dia 2 de março de 1867.

AMOR ENTRE DOIS PRIMOS.

O romance de amor teve início nas vésperas da elevação de Lorena à categoria de cidade — cujo centenário em 1956 se comemorou por entre júbilos gerais — quando “reinava” no campo político o Partido Liberal e era seu chefe o Padre Manuel Teotônio de Castro, um dos 13 filhos do Capitão-mor e irmão da futura Viscondessa de Castro Lima.

Após haver concluído seu curso de humanidades no Colégio Mamede, na Capital paulista, **Antônio Rodrigues d’Azevedo** (e, não, Antônio de Azevedo Rodrigues, como seria lógico que viesse a se chamar), primogênito e único filho varão do Coronel João José Rodrigues e de sua espôsa Dona Maria Leopoldina de Azevedo Rodrigues, neto do Comendador José Vicente de Azevedo e bisneto do Capitão-mor, matriculara-se na Academia de Direito de São Paulo. Era um rapaz atraente, de maneiras fidalgas e notado pela elegância no trajar. Podendo manejar com muita facilidade a palavra, sequioso por se colocar a par do saber da época, fêz com brilhantismo o seu curso jurídico. Destacava-se, por isso mesmo, na sociedade lorenense de então e brilhava nas reuniões festivas promovidas pelas famílias unidas por laços de parentesco.

Não tardou que viesse a enamorar-se de uma sua prima em segundo grau, poucos meses mais idosa que êle — **Dona Eulália Moreira**, filha do abastado negociante Joaquim José Moreira Lima e de sua espôsa Dona Carlota Leopoldina, neta do Capitão-mor. Amaram-se como se podia amar naqueles tempos, em que as mulheres quase não apareciam em público.

No caso presente, se o parentesco poderia facilitar os encontros, a política concorria para torná-los muitas vêzes raros.

Foi por volta de 1846 que os dois primos começaram a se gostar, exatamente quando ambos, meninos de 9 anos, saíram vestidos de anjos numa procissão... Já bem avançada em anos, Dona Eulália contava com enlêvo o despontar daquele amor: aos seus olhos inocentes, “o primo Antônio” apareceu — com sua tez clara, seus cabelos louros encacheados e muito bem vestido — como “o anjo mais bonito da procissão”... Aos quinze anos, quando o jovem partiu para São Paulo a fim de obter seus preparatórios, prometeram-se mutuamente em casamento. Entretanto, os vai-vens da política local nem sempre permitiram que os dois pudessem estar juntos; mas o primo não se esquecia de enviar-lhe, quando regressava à Paulicéia, o testemunho de sua fidelidade: um cravo branco, pois com o nome desta flor designavam as moças lorenenses a prima de seu coração.

Recebendo o diploma de bacharel em direito, em 1861, julgou o jovem Dr. Rodrigues d’Azevedo, na ardência de seus 23 anos, que chegara o momento de solicitar em casamento a mão da prima, a qual, em desacôrdo com o costume do tempo, já atingira os 24 anos sem que se houvesse casado, numa demonstração de paciência e de perseverança que só mesmo um grande amor seria capaz de explicar. Pode-se imaginar a cena: o recém-formado bacharel, orgulhoso do diploma conquistado, a enfrentar o negociante português, sem grande cultura, mas dono de considerável fortuna, seu tio-avô, mas pertencente ao partido político contrário. Conjuntura difícil e delicada. Contra a expectativa do candidato a noivo, o sonho romântico esbarrou com o realismo de um homem de negócio: Moreira Lima fêz ver ao sobrinho-neto, com uma franqueza talvez um tanto rude, que não dispunha êle de recursos próprios para poder casar-se e que um simples diploma de bacharel não bastava para o custeio de um lar. E foi mais longe: insinuou que, provávelmente, estaria contando com o dote que a noiva levaria... Era uma negativa formal.

Ao receber a inesperada lição, ditada pelo realismo da vida, e com o vexame da insinuação que a acompanhara, o Dr. Rodrigues não se sentiu abatido. Respondeu ao tio-avô que voltaria um dia. E entregou-se de corpo e alma à profissão que abraçara, montando banca de advogado, com o duplo objetivo de fazer fortuna e de dar brilho ao seu nome honrado. O episódio tem qualquer coisa daqueles velhos romances de cavalaria: amava uma mulher, desejava-a para espôsa, mas devia

conquistá-la pelos próprios méritos, não pela força das armas, mas pelo valor da inteligência e da cultura.

Durante seis longos anos travou-se a batalha para a conquista da mulher amada. Seis anos em que o advogado aprimorou seus conhecimentos, quer dentro da ciência jurídica, quer no campo da Economia Política, construindo com meticuloso cuidado sua biblioteca particular, que acabou por se tornar uma das melhores e das mais ricas da cidade. Seis anos em que, só raramente, pôde estar próximo da prima Eulália, que assistia confiante aquela luta, em que se achava em jôgo sua própria felicidade.

No lapso de tempo decorrido desde quando, adolescentes, consideraram-se comprometidos, mais de 20 pedidos de casamento foram endereçados à filha de Joaquim José Moreira Lima. Ela sempre os recusou, firme no seu amor ao primo Antônio e com grande pasmo do pai, que não podia compreender tamanha pertinácia.

Por isso mesmo, no palacete Moreira Lima, a situação foi-se tornando aflitiva e procurava-se cercar de mimos a filha que teimava em não escolher outro noivo. Tendo verdadeira inclinação para a música, para esta voltou-se Dona Eulália: aprendeu canto, chegando a interpretar trechos de óperas com sua voz de soprano ligeiro; e, como não existisse em Lorena um professor de piano, aprendeu a tocar flauta, exibindo-se no aconchego da família. Mas nada disso satisfazia sua vocação artística, até que um dia externou a seus pais o desejo imenso de possuir um piano. O velho negociante, responsável por aquela situação, apressou-se em satisfazer-lhe a vontade. Tempos depois, uma notícia alviçareira chegou a Lorena: partira da Côte, na cabeça de quatro negros robustos, o ambicionado piano, que o capitalista adquirira para sua filha. E lá veio êle em sua lenta caminhada, ao som das cantigas dolentes dos que o conduziam em marcha cadenciada pelo velho caminho que unia o Rio de Janeiro ao vale do Paraíba. Os que seguiam para o mesmo destino, a cavalo, observavam com espanto aquela carga “sui-generis”; e levavam notícias para a dona que o esperava. “Está em Bananal”, “Passou por Areias”, “Encontrei-me com os negros em Silveiras”, “Já deixou Cachoeira”... eram mensagens que chegavam ao solar dos Moreira. Até que um dia, um pretinho esbaforido foi ter com Sinhá Eulália: “O piano está chegando na figueira!” Alcançara, finalmente, a última etapa da longa e extraordinária jornada; e a filha do velho Moreira não pôde conter as lágrimas... Chorou de contentamento —

como ela própria contava — ao ver que se tornara uma realidade aquele sonho inocente.

No entanto, o outro sonho também veio a tornar-se uma realidade. No mês de fevereiro de 1867, das mãos de escravos escolhidos (para os que moravam em Lorena) ou através da mala tri-semanal (para os que viviam ao longo do vale histórico, na Côte ou em São Paulo), os parentes e amigos da família recebiam o seguinte convite impresso e autografado:

“Ilmo. Snr.

Tendo de effectuar-se no dia 2 do p. fut.o mez, ás 5 horas da tarde, o consorcio de minha filha Eulalia Moreira de Castro com o D.or Antonio Rodrigues d’Azevedo Ferreira, e dezejando eu ter o prazer de reunir n’esse acto as pessôas de minha amizade, convidado a V. S. para o honrar com sua presença e assistir também á um soirée que em seguida terá logar n’esta sua casa.

Esperando este obzequio, que desde já agradeço, subscrevo-me

De V. S.

a) Joaqm. José Mor.a Lima

Lorena, 27 de Fevereiro de 1867”.

Casavam-se, afinal, os primos que se haviam prometido um ao outro quinze anos antes. Naquele dia 2 de março de 1867, o já illustre advogado Dr. Rodrigues d’Azevedo fêz questão de receber apenas a noiva desejada com tamanha pertinácia; e, com todo cavalheirismo, recusou o dote que lhe era oferecido pelo sôgro abastado... Dura fôra a lição recebida em 1861; mas a resposta, dada em 1867, nada deixava a desejar.

O HOMEM PÚBLICO.

Por ocasião de seu casamento, tinha o Dr. Rodrigues 29 anos incompletos. Era um homem alto, magro e esguio, que usava espessa e ondeada cabeleira. Seu rosto aparecia adornado por longos bigodes, que acabavam por se confundir numa barba de corte redondo, conforme o costume da época; sòmente mais tarde, passou a usar o rosto raspado, conservando apenas os bigodes e um alongado cavanhaque. Vestia normalmente sobresaca e, tal como em sua mocidade, destacava-se pelo apuro e a elegância no trajar. Sua figura imponente e circunspecta impunha-se, desde logo, onde quer que estivesse.



Fig. 2. — Dr. Antônio Rodrigues de Azevedo e sua esposa Da. Eulália
Moreira de Azevedo.
(Fotografias tiradas ao iniciar-se a década de 1870-1880).



Fig. 1. — Dr. Antônio Rodrigues de Azevedo e sua esposa Da. Eulália
Moreira de Azevedo.

(Fotografia tirada pouco tempo após seu casamento, realizado em 1867).

Os abaixo assignados electores d'esta Parochia de
 Lorina, attendendo aos interesses do partido conserva-
 dor; a unidade de pensamento, que deve existir, em todos
 os districtos, na votação da chapa - para que ella trium-
 phe, e a harmonia, que e' de presumir - haver entre
 a União Conservadora e aquelles que a constituiram
 arbitro e directora do partido; declararam que assentam
 a chapa por ella organizada e dar-lhes-hão os seus votos
 adespito dos merecimentos e serviços, que possam ter qual-
 quer outros candidatos do seu partido.

Desque a União Conservadora - e' a que cumpre resolver
 em tais emergencias - em virtude dos poderes anterior-
 mente outorgados pelos chefes locais - e ella organiza-
 ra a chapa, de accordo com todos os deputados ge-
 neraes da Provincia - intendem os abaixo assignados
 que - sem trahir o partido e os seus interesses momen-
 tãos não podem deixar de respitar o que está re-
 solvido - Lorina 23 de Dezembro de 1886.

Antonio Pinig. Azevedo Terr.
 Fran. d'Almeida
 Fran. d'Almeida
 Marciano Mascarenhas

Jos. Henriquez
 João de Almeida
 Antonio de Almeida
 Domingos José
 Antonio de Almeida
 Leopoldo de Almeida
 A. P. de Almeida
 Joaquim de Almeida
 Fernando de Almeida
 Paulino G. de Almeida

Relação n. dos escravos pertencentes ao Dr. Ant. Rodrigues de Azevedo residente no município de Loreman

(ART. 2.º DO REGULAMENTO)

Numero de ordem da presente matricula	Numero de ordem da matricula anterior	Numero de ordem da relação	Nomes	Cor	Idade <small>(Por extenso) com a adição do art. 2.º do Regulamento.</small>	Estado	Naturalidade	Filiação	Profissão	Valor dado conforme a tabella <small>(por extenso)</small>
496	1	1	Bento	preto	quarenta annos	solteiro	Lorena	Desconhecida	Sarcoura	oito centos mil reis
500	2	2	Benedicta	preta	cincoenta "	solteira	Lorena	"	Sarcoura	quatrocentos e cincuenta
502	3	3	Benedicta	preta	trinta e um "	solteira	Lorena	P. de Pereira	Sarcoura	oito centos mil reis
525	4	4	Florentina	preta	quarenta e um	casada	Bahia	Desconhecida	Coimbrã	quatrocentos e cincuenta
540	5	5	Joaquim	preto	quarenta e um	casado	Lorena	Fidei Alvaria Fran.	Dropeira	seis centos mil reis
542	6	6	José	preto	quarenta e um	solteiro	"	P. de Pereira	"	noventa e cinco
563	7	7	Morison	preto	trinta e nove "	solteiro	Lorena	P. de Pereira	Sarcoura	noventa e cinco mil reis
554	8	8	Marta	preta	trinta e um	solteira	Sarcoura	P. de Benedicta	Sarcoura	seiscentos e setenta e cinco
575	9	9	Rozaria	preta	trinta e dois	solteira	Corina	P. de Almeida	Coimbrã	seiscentos mil reis
824	10	10	Joaquim	preto	cincoenta	solteiro	Lorena	Desconhecida	Salinas	quatrocentos
1813	11	11	Casiano	preto	trinta e cinco	solteiro	Salinas	P. de Pereira	Lorena	oito centos
1614	12	12	Francisco	preto	trinta e seis	solteiro	"	"	"	noventa e cinco
1616	13	13	Eva	preta	trinta e sete	solteira	"	"	Coimbrã	675
1617	14	14	Josephina	preta	trinta e sete	solteira	"	P. de Almeida	Coimbrã	600
1618	15	15	Maria Rita	preta	17 annos	"	"	P. de Pereira	Lorena	675
2254	16	16	Albarrã	preta	37 annos	casada	Lorena	Desconhecida	Lorena	600
2256	17	17	Albarrã	preta	17	solteira	Lorena	P. de Almeida	"	675
301	18	18	Francisco	parda	26	solteiro	Parahyba de N. de S. P.	Desconhecida	Coimbrã	675
2613	19	19	Benedicta	preta	41	solteira	"	"	"	"
2618	20	20	Francisco	preto	55	solteiro	"	"	"	"
2619	21	21	José	"	55	solteiro	"	"	"	"
2623	22	22	Lourenço	"	29	solteiro	"	"	"	"

Fig. 4. — Relação de escravos do Dr. Antônio Rodrigues de Azevedo, com as especificações exigidas por lei (1880?).

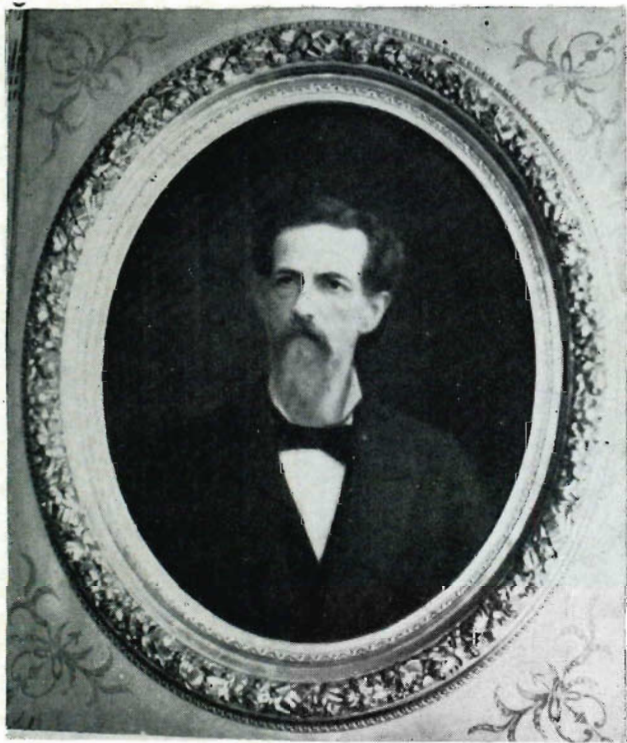


Fig. 5. — Dr. Antônio Rodrigues de Azevedo.

(Quadro a óleo executado na década de 1880-1890, atualmente em poder do Dr. Lyeurgo de Castro Santos e de sua esposa Da. Celina Azevedo de Castro Santos).



Fig. 6. — Retrato de família. (Fotografia tirada provavelmente em 1888). — No último plano, da esquerda para a direita, vêem-se: Dr. José Vicente de Azevedo, Francisco de Paula Vicente de Azevedo (Barão da Bocaina), Dr. Francisco Machado Pedrosa, Dr. Antônio Rodrigues de Azevedo (Barão de Santa Eulália), Dr. Arnolfo Azevedo (então estudante de Direito) e Da. Odila Rodrigues. Sentados, na mesma ordem: Dr. Pedro Vicente de Azevedo Sobrinho, Da. Eulália Moreira de Azevedo (Baronesa de Santa Eulália), Da. Maria Leopoldina de Azevedo Rodrigues (mãe do Barão de Santa Eulália), Da. Angelina Moreira Vicente de Azevedo, Da. Ambrosina Rodrigues da Cunha Figueiredo e Da. Zemira Rodrigues Pedrosa.

Nos primeiros sete anos de sua vida pública, conseguiu manter-se afastado da política, dedicando-se à advocacia em sua terra natal; todavia, entre 1862 e 1868, foram seus serviços solicitados, em caráter interino e por diversas vezes, como Promotor Público e como Curador de Órfãos da comarca.

Em 1870, foi eleito Deputado à Assembléia Provincial, como representante do 1.º distrito eleitoral; de 1872 a 1876, representou o 2.º distrito na mesma Câmara paulista. Foi êste o período áureo de sua vida pública, fase que corresponde aos dez anos de govêrno dos Conservadores (1868-1878), durante os quais passaram pela presidência do Conselho homens da envergadura de Joaquim José Rodrigues Tôrres (Visconde de Itaboraí), José Antônio Pimenta Bueno, José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco) e Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias).

Nesse interim, foi suplente de Juíz Municipal e ocupou a presidência da Câmara Municipal (1873-1876) em sua cidade natal, além de haver sido Inspetor da Instrução Pública (1871-1878). Em 1877, quando já deixara a Assembléia Legislativa da província, ocupou o cargo de Promotor Público da comarca.

Afastando-se mais tarde das funções públicas, dedicou-se à advocacia e a obras de grande benemerência, a par da administração de sua propriedade agrícola.

Contribuiu poderosamente para a instalação do Engenho Central de Lorena, fundado em 1883, fazendo parte de seu Conselho Fiscal; graças a esta iniciativa, foi agraciado pelo Imperador com o Oficialato da Ordem da Rosa, em outubro de 1884.

Deixou seu nome ligado à construção de pelo menos três igrejas de Lorena: a de São Benedito, à qual ofereceu duas imagens de tamanho natural, representando Santo Antônio e Santa Eulália (1881); a capela de São Miguel das Almas, localizada no Cemitério, à qual ofertou ornamentos e uma banqueta completa (1884); e a Matriz, inaugurada em 1890, à qual coube doar, através de sua espôsa, o órgão e o relógio da torre.

Em 1885, quando presidia a “Sociedade de Dança União Familiar”, foi nomeado Inspetor Literário do município.

Um ano antes, havia prestado relevantes serviços por ocasião de grave epidemia de varíola que grassou na cidade, o que levou a Câmara Municipal, por proposta de seu sobrinho, mas adversário político — Dr. Teófilo Braga, a consignar-lhe um voto de louvor por haver, a expensas suas, providenciado a remoção de variolosos e o entêrro das vítimas.

No exercício das funções judiciárias, seu procedimento foi sempre exemplar: cumpriu seus deveres “com zêlo, inteligên-

cia e imparcialidade”, sem jamais haver demonstrado “afeição a um ou outro partido político” — afirmam atestados que temos em nosso poder.

Como presidente da edilidade local, recebeu agradecimentos pelos “relevantes serviços prestados” ao município, durante o tempo em que “exerceu honradamente o cargo de Presidente” (ofício de 3 de fevereiro de 1877). Ao ser nomeado Promotor Público, recebeu da mesma Câmara Municipal (então nas mãos dos Liberais) congratulações e o desejo de que, no desempenho daquele cargo, desse uma vez mais “prova do zêlo que sempre tem mostrado pela prosperidade” do município, de que a referida assembléia sempre haveria de se lembrar “com gratas recordações” (junho de 1877).

Como Inspetor Geral da Instrução Pública mereceu, ao deixar o cargo, os agradecimentos unânimes dos professores públicos da cidade, em ofício datado de 16 de março de 1876, onde se lê:

“No terreno da instrução não deve ter guarida a conveniência política, a paixão partidária, e foi pensando assim que V. S. mediu sempre o trabalho dos abaixo assinados, quando no exercício de suas escolas”.

Em abril de 1872, não teve dúvidas em oferecer à Câmara Municipal a quantia de 6 contos de réis, “sem juro algum, pelo tempo que fôr necessário”, com o objetivo de concluir-se a obra de apedregulhamento e o concôrto de pontes na estrada que seguia para Minas Gerais.

Em fevereiro de 1880, viu consignada na ata da sessão da Câmara, realizada a 23, um voto de louvor por haver oferecido, “para embelezamento” da cidade, “um terreno de sua propriedade sito no Largo da Matriz”.

Ao deixar a presidência da Câmara Municipal de Lorena em janeiro de 1877, apresentou um Relatório que é bem o retrato de sua personalidade de homem público.

Fê-lo iniciar-se com as seguintes palavras:

“Senhores Vereadores:

Transmitindo-vos a posse desta Câmara, tenho a satisfação de anunciar que, há quarenta anos, nenhuma outra fizera mais do que ela, em prol do município, e que, no desempenho do cargo honroso, que me foi confiado pelos meus conterrâneos, envidei tudo quanto minhas forças permitiam para o engrandecimento dêste belo torrão, que me viu nascer.

Não me acusa a consciência um só ato, nessa melindrosa tarefa, que fôsse de encôntro a êsse desideratum, se bem que contrariado por aquêles a quem tais atos mais deviam interessar. Infelizmente ainda, entre nós, o povo não comprehende os seus deveres e nem sabe aquilatar dos sacrificios feitos em seu beneficio por aquêles que a êle se dedicam; ainda, na maior parte, entendem que o Presidente da Câmara e a Câmara do partido que o elege devem dispensá-los dos direitos ou impostos e aliviá-los de multas merecidas, porque lhes devem o voto; e por uma contradição inexplicável — exigem melhoramentos materiais, como se êstes pudessem existir sem aquêles!

Não há Câmara que não seja festejada em sua posse; tudo parece sorrir-lhe e prometer-lhe a realização de todos os seus intuitos; também não será de notar-se que, em o fim do periodo de sua administração, não esteja desiludida de suas forças, sendo amaldiçoada: como Abissínios — adora-se o Sol que sobe e apedreja-se-o em sua descida.

Não se inquire dos resultados e dificuldades da administração que se finda e nem se dispensa louvores aos que fizeram do mandato uma religião: recebe-se o beneficio, goza-se-o indifferente, e já é muito quando não amaldiçoam o benfeitor.

E' essa a norma de conduta; nem há de que surpreender-se, uma vez que é isso comum. Mas oxalá que esta Câmara não seja, como a que deixa hoje o exercício, vítima de semelhante êrro de apreciação ou do esquecimento de seus municípes”.

Foi com estas palavras realistas e amargas e (por que não dizê-lo?) perfeitamente applicáveis aos dias que correm, que o Dr. Rodrigues iniciou seu notável Relatório, no momento exato em que uma Câmara de Conservadores cedia seu lugar a uma outra, eleita pelos Liberais, que haveriam de assumir o poder, na Côrte, um ano depois, tendo como presidente do Conselho João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, nele permanecendo até o ano de 1885.

O Relatório é extremamente minucioso. Refere-se a um importante melhoramento público — a **iluminação** a lampiões de querosene, “senão a melhor das cidades centrais, ao menos igual à das mais importantes cidades da Província, com exceção apenas de Santos e Campinas”. Menciona a criação de um **cemitério** na freguesia do Piquete, de não menor importância para a população, pois os defuntos precisavam ser conduzidos de distâncias de mais de 4 léguas e os fazendeiros eram “constantemente incomodados pelos pobres para fornecerem escri-

vos que conduzissem os corpos de tais distâncias” até à cidade de Lorena, o que acarretava prejuízos nos trabalhos da lavoura e dava margem a desordens, pois os escravos voltavam quase sempre embriagados ou ficavam ausentes por mais de um dia, “em detrimento da disciplina”. Cita a ampliação e as melhorias realizadas no **Cemitério** da cidade, obra necessária porque era “público e notório que ali abriam-se sepulturas sem o tempo preciso para a consupção dos cadáveres e isso por falta de terreno compatível com a mortalidade do município”; esperava que, dali por diante, não mais se praticasse aquêle “sacrilégio ou profanação”. Cumpria colocá-lo sob a administração municipal, e não da do Vigário da paróquia, como também fazer-se, ao lado daquele, “um cemitério para os que não podem ser enterrados em sagrado”. Lembra que foi aberta a **Travessa da Matriz**, melhoramento reclamado há mais de 20 anos, “já pelo embelezamento do Largo, já para a segurança do Templo”. Refere-se à retirada de um **rêgo d’água** existente nas ruas da Princesa Imperial e Municipal, “desagradável” à vista e de onde saíam “miasmas pestilenciais”. Menciona a substituição da **ponte de madeira**, que existia no fim da Rua da Piedade, por um boeiro de tijolos, que “muito contribui para o embelezamento da mesma rua”. Cita, com justificado orgulho, a criação da **Biblioteca Municipal**, por êle considerada a mais importante iniciativa da municipalidade: “ela é modesta em seu comêço, mas, não sendo abandonada, tornar-se-á majestosa, pelos benefícios que aduz ao progresso e civilização do povo; e, então, os nossos vindouros, quando ela chegar a êsse estado, abençoarão os nossos esforços”. Recorda que a **Praça do Mercado**, “sonho dourado desta Presidência”, achava-se bem adiantada em suas obras. Aconselha rigoroso corte em certas **despesas** inúteis, a fim de que tais verbas fôssem aplicadas no encanamento da **água potável** e no assentamento de **chafarizes**. Cita, enfim, outros **melhoramentos** reclamados pela população: o abaulamento das ruas, o calçamento dos passeios, a arborização das praças, a remoção do Matadouro para outro local mais apropriado, etc.

E encerra seu honesto e minucioso Relatório, com palavras como estas:

“Desejo que a nova Câmara, illustre por si, o seja também por seus atos e que continui na senda do progresso encetado, de modo que no fim do seu quadriênio relembre outros melhoramentos, que não pudemos fazer.

.....

Tenho cumprido o meu dever, como Presidente da Câmara, e felicito-me neste momento, com o meu município, pela consciência que tenho, que começareis a cumprir o vosso”.

Uma página de civismo. Um exemplo digno de ser imitado, 80 anos decorridos.

O HOMEM DE CULTURA.

O que mais impressiona na personalidade do Dr. Rodrigues é a seriedade com que timbrava em pautar seus atos.

Por força das funções que exerceu e da carreira a que deu suas preferências, tudo fez por aprimorar sua cultura. Tal fato pode ser bem sentido quando se examina a relação de livros de sua selecionada biblioteca. Lá estão as obras de Victor Cousin, as lições de eloquência judiciária de Berryer e de Chaix d'Est-Ange, os discursos de Mirabeau e o tratado de Puffendorf. Lá aparecem as obras clássicas do Direito Romano, desde os venerandos Warkoenig e Savigny, até os comentaristas como Mackeldey, Charles Mayenz e Georges Bonjean. Lá se encontram as obras básicas do Direito Civil e Processual luso-brasileiro — Lobão, Melo Freire, Correia Teles, Trigo de Loureiro, Teixeira de Freitas, Lafayette Pereira e Ramalho, ao lado das obras de Pothier. E, assim: Pimenta Bueno, Seaman, Ferron, Portela, Bluntschi, Visconde do Uruguai — no campo do Direito Público e Constitucional; Chaveau Adolphe, Macarel, Serrigny — no Direito Administrativo; Ortolan, Beaumont e Tocqueville, Trébutien, Rossi, Bertauld, Prins e Perdigão — no Direito Penal e no Processo Criminal; Beslay, Marghieri, Orlando — no Direito Comercial; Sismondi, Say, Stuart Mill, Bastiat, Chevalier — na Economia Política. Tudo isso sem que nos esqueçamos das “Ordenações do Reino”, do repertório da “Legislação Portuguesa (1750-1820)”, dos 55 volumes das “Leis do Brasil”, que surgem ao lado do **Corpus Juris Civilis** e dos **Codes Français Expliqués** de Rogron.

Embora passasse a maior parte de sua existência numa pequena cidade da Província, êsse homem singular não se sentia isolado da vida intelectual do país e do mundo, como bem o atesta a longa relação que, muito de propósito, fizemos questão de mencionar.

Seu alto espirito, porém, não se atinha às ciências jurídicas e sociais. Ia muito mais além. Em primorosas edições ilustradas, possuía as obras completas de Chateaubriand e de

Victor Hugo. Byron e Lamartine lá estão, na totalidade de sua produção, ao lado de **La Daniela** de George Sand, das obras primas de Alexandre Dumas, de **O Nababo** de Alphonse Daudet ou de **Les Amours du Valet de Trèfle** de Ponson du Terrail. Almeida Garrett e Camilo Castelo Branco ombreiam-se com os **Suspiros Poéticos e Saudades** de Gonçalves de Magalhães, a **Lira dos Vinte Anos** de Alvares de Azevedo, as obras de Macedo e de Bernardo Guimarães. Tudo isso sem falar no **Grand Dictionnaire Universel** de Larousse, no **Dictionnaire Politique** de Garnier-Pagés, no **Dictionnaire des Opéras** de Clement e Larousse, nos dicionários de Domingos Vieira e de Campagne.

Nesse passeio através da biblioteca do Dr. Rodrigues iríamos muito longe se quiséssemos registrar tudo quanto as estantes empoeiradas de sua grande casa do Largo da Matriz guardaram durante anos a fio. Ficaremos por aqui, pois os exemplos citados são mais do que suficientes para testemunhar uma faceta significativa da cultura dêsse varão ilustre da Lorena imperial.

A cultura e a educação fascinavam seu espírito. Em carta a um pretendente à mão de sua filha, então com apenas 15 anos, deixou escritas estas palavras (outubro de 1888):

“...seria eu mau Pai se fizesse com essa idade casá-la como porque, começando agora a sua educação e enquanto não concluí-la, não poderá cuidar disso. E' a única fortuna que posso deixar-lhe segura — o cultivo do espírito, de modo a poder reger-se por si e deliberar sobre os atos mais importantes da vida”.

Ao filho adolescente, que preferia a poesia e a música aos estudos sérios, não se cansou de bater na mesma tecla, através de dezenas de cartas: “estude muito para que fique considerado por seus mestres” (outubro de 1884); “Cada vez mais me convenço, que o estudo é necessário ao homem que vive em sociedade e a melhor riqueza que pode possuir alguém são os conhecimentos. Estude, pois, e muito, se quiseres mais tarde gozar d'alguma consideração social” (outubro de 1884); “Sem estar preparado, não quero que se meta a sair reprovado e a passar por êsse vexame, que chega até mim” (outubro de 1885); “O conhecimento das matérias preparatórias é um poderoso auxiliar do curso superior e uma garantia para o bom resultado dêste” (outubro de 1885); “na sua idade, quando pode um homem dedicar-se ao estudo com afinco deve fazê-lo, não só porque é isso o dever seu, como porque só lhe pode ser útil o esforço que fizer para conseguir maior resultado intelectual” (fe-

vereiro de 1886). E o eco de tais conselhos aparecia também nas cartas de Dona Eulália: “Estude bastante, é só o que eu te peço, porque é muito triste quem não sabe; estude e seja homem de bem” (outubro de 1884).

Um homem assim não poderia deixar de ligar seu nome a uma instituição cultural. Por isso mesmo, procurando cumprir os desejos manifestados por Dom Pedro II por ocasião de sua visita à atual Cachoeira Paulista, quando até ali chegaram os trilhos da “Estrada de Ferro Dom Pedro II” (1875), tudo fez e afinal conseguiu ver instalada, no dia 31 de outubro de 1876, a primeira **Biblioteca Pública** que possuiu Lorena.

O discurso pronunciado pelo Dr. Rodrigues, por essa ocasião, constitui outro documento merecedor de nossa atenção. Sente-se, ao lê-lo, tôda a felicidade que se apoderara de seu espírito de escol, no momento em que dava à sua cidade natal dois notáveis melhoramentos — “luz para os olhos do espírito em uma biblioteca, luz para os do corpo em uma iluminação pública”, conforme suas próprias palavras.

Embora não desejasse desmerecer nenhuma das vantagens que advinham com a instalação dos lampiões de querosene, comparou esta iniciativa face à da criação da Biblioteca como “a Lua em face do Sol”.

E afirmou, jubiloso e convicto:

“Aqui neste recinto se estabelece hoje a inesgotável fonte do saber, onde gratuitamente poderão todos vir saciar a sede de seu espírito; aqui se oferece aos cidadãos a instrução, essa pompa do rico, que — única — se não pode privar ao pobre o gôzo ou antes aqui se antepõe a seus olhos os meios fáceis de adquiri-la, a fim de que êle compreenda seus deveres, conheça seus direitos e forme uma opinião esclarecida, que corresponda à missão sublime que têm a preencher na direção e marcha do govêrno do País; pois em verdade, senhores, em um regime democrático como o nosso, ou que felizmente nos rege, em que do povo sai o Govêrno, em que êle é chamado a intervir em todos os negócios do país, quer na alta administração e organização das leis, quer nas contribuições financeiras ou no tributo de sangue; e, além disso, em que por meio do voto e da imprensa fiscaliza os atos dêsse govêrno, emite as suas opiniões e as faz valer — é mister que êle tenha a precisa instrução e se eleve à altura de seu evangelho político, dessa Constituição, uma das mais belas e mais sublimes criações do entendimento humano”...

Relembra, a seguir, as principais garantias constitucionais, para acentuar que a maioria dos brasileiros as ignorava ou não tinha perfeita consciência de sua magnitude, porque

“...embora êsses direitos sociais se derivem de outros, que são atributos essenciais da individualidade do cidadão e inerentes à sua personalidade, só a educação da inteligência e do coração pode dar a consciência dêles”.

Mostra que assim haviam entendido a questão as Nações mais cultas da Europa e da América, assim como o nosso governo e, em particular, a Província de São Paulo, “que ocupa a vanguarda nos progressos materiais”, mas “não cede o passo a nenhuma das outras, em os meios de que se tem servido para a difusão da instrução”. E exemplifica:

“Aí estão as leis tornando livre o ensino e obrigatória a instrução; aí está a que criou a Escola Normal, de onde possam sair professôres habilitados para o desempenho dêsse sacerdócio, dessa sublime tarefa de que depende todo o futuro de nossa Pátria, e que substituirão os atuais mascates da educação e recebedores de ordenados. Aí estão as leis pondo a escola gratuita à porta de cada cidadão, para que lhe falte o pretêxto de negar-se a cumprir a obrigação para com o filho”.

Mostra, depois, que tais medidas são insuficientes, para afirmar:

“E’ mister que o indivíduo ou as associações venham em auxílio do Govêrno; que elas se dediquem a essa religião e reproduzam essas cenas filantrópicas dos Estados Unidos para alargar a esfera dêsses conhecimentos, já criando escolas secundárias, já estabelecendo Bibliotecas, onde o cidadão desprovido de meios para o fornecimento de livros depare com a facilidade de gratuitamente obtê-los; onde o operário, que tem a noite disponível, possa, em vez de gastá-la no jôgo ou na crápula, com prejuizo da sociedade, da moral e de si próprio, encontre uma distração conveniente em companhia de mestres e de livros, e de pessoas de educação, de cujo contacto advir-lhe-á a doçura dos costumes e o esclarecimento da inteligência”.

Justifica, então, a medida que propôs e a Câmara lorenense aprovou, cuja concretização era a razão de ser daquela solenidade, esperando fôsse recebida com prazer pela população e viesse a se tornar, de modesta e humilde que era “em seu

nascimento, importante e majestosa em sua puberdade”, graças à colaboração de seus conterrâneos.

E encerra sua notável lição:

“E, mais tarde, quando êste povo conhecer os resultados benéficos dêste ato, que hoje, talvez, contemple indifferente, e sentir os efeitos da instrução aqui adquirida, talvez abençõe aquêle que teve a feliz idéia de proporcionar-lhe os meios. Por essa ocasião, se ainda viver, se-rei pago dos trabalhos que hei tido na vida pública e consolado dos desgostos que hei sofrido com a ingratição de uns e a injustiça de outros. Por essa ocasião, não haverá êsses concentrados ódios de facção e o portador dum título de votante será um cidadão consciencioso, que levará às urnas uma cédula com o nome daqueles que mais aptos julgaram e, não, um autômato, apenas transmissor de vontade estranha: nessa época, se a educação não fôr descurada, aliada ela à instrução, as eleições deixarão de ser essas cabalas vergonhosas, filhas da ignorância e corrupção do povo, para ser a expressão fiel da soberania popular”.

Assim falou o austero Dr. Rodrigues d’Azevedo há mais de oitenta anos, em sua cidade natal, numa linguagem sóbria, es-correita e repleta de ensinamentos, dando uma verdadeira lição de civismo aos seus conterrâneos. Uma lição magistral que, em muitos pontos, apresenta impressionante atualidade e pode ser lida com real proveito.

O CHEFE DE FAMÍLIA.

Casando-se em março de 1867 com sua prima **Dona Eulália**, encontrou nela o Dr. Rodrigues, em seus 22 anos de casado, a amiga, a companheira, a consoladora no sofrimento, a espôsa no mais completo sentido português — humilde e fiel.

Educada à maneira da época, quando a mulher vivia exclusivamente para o lar, e num recanto acanhado da Província, onde a instrução era por demais restrita, Dona Eulália não se destacava por sua cultura; como instrução, recebera o suficiente para viver em sociedade, embora muito mais do que sua veneranda mãe, a Viscondessa de Castro Lima. Mas, se lhe faltavam tais requisitos (caso comum ao tempo em que viveu), possuía uma alma de artista, que se patenteava no seu gôsto pela boa música e que se manifestou, muitas vêzes, em composições sacras.

Como dona de casa, ninguém a superava no bordado, nos doces e nos quitutes. Casada aos 30 anos incompletos (pois nasceu em Lorena a 8 de agosto de 1837), não tinha mais as faceirices da mocidade: contentava-se com o indispensável para que se apresentasse com a singela decência daqueles tempos de retraimento e de reclusão. Vivia para o marido — o **Bem**, seu bem, como docemente o chamava em suas cartas, de quem era a “amante mulher”, como quase sempre escrevia, antes de sua assinatura; e para seus dois filhos, já que Deus lhe tirara dois outros, em tenra idade. Seus cuidados, sua preocupação constante dividiam-se, na época que estamos focalizando, entre um e outros.

Sem que se destacasse por sua beleza, possuía um coração de ouro, que transbordava bondade e se manifestava em obras de caridade. Nenhum sofrimento passou por suas mãos sem que recebesse um lenitivo qualquer, representado pela esmola, por um medicamento, por um prato de comida ou por uma palavra de animação e de conforto.

Possuindo, ao contrário de seu marido, uma saúde excelente, conseguiu varar os anos e pôde mesmo, já semi-entrevada, assistir ao pináculo da carreira de seu filho — Arnolfo Azevedo, vendo-o na presidência da Câmara Federal, numa confirmação de singelo prognóstico feito numa carta escrita em outubro de 1885: “Hás de ser a minha glória e o meu prazer neste mundo”.

Dona Eulália morreu aos 84 anos de idade, a 18 de agosto de 1921. Durante essa longa existência, deixou em Lorena o sulco luminoso de sua passagem. Todos conheciam a **Baronesa** — como simplesmente era chamada; todos a veneravam como uma santa.

As cartas que dela nos restaram são mais do que suficientes para retratar sua personalidade como esposa e como mãe. Demonstrem seu imenso amor pelo marido, triste quando as exigências da vida pública levavam-no a ausentar-se de Lorena, preocupada sempre com sua saúde: ... “há muitos dias que ando triste e quando me lembro de você tenho vontade de chorar” (março de 1870); “Peço-te que não deixe de me escrever nem um só correio, ainda que seja só duas linhas, e eu te farei o mesmo” (janeiro de 1871); “Bem: Tenho tido ciúmes de você... Não se masse por eu te dizer isto, porque não é devido senão ao muito amor e estima que te consagro; se eu não te estimasse, não faria caso de nada; mas te estimo muito, como se pode estimar a um marido” (março de 1871). Era assim nos quatro primeiros anos de casada; continuou sendo assim pelos anos

afora: “Você já deve saber quanto me aflige e me amofina a falta de notícias dos meus, muito principalmente de você, que é o que eu tenho de mais caro neste mundo. Não pense que por fazer 20 anos de casada já não deve ter muita atenção; não é assim, não, eu cá penso o contrário” (junho de 1886).

Em tais cartas realmente preciosas, não se cansa de fazer recomendações ao Dr. Rodrigues, preocupada com as penosas viagens; faz suas singelas encomendas (o vestido de popeline, as botinas de pelica preta “porque as de côres estragam-se muito depressa”, o vestido de chita ou cassa riscadinho verde miúdo, a flanela de uma só côr ou de xadrez em côres vivas) e conta as novidades do dia — as festas realizadas em Lorena quando chegou a notícia da morte de Solano Lopez, “festejos dignos de riso e de caçoadas” (23 de março de 1870); a morte da filha do Dr. Domiciano, mulher do Evaristo; o cavalo que estava pesteado, “com tosse e pondo maldade pelo nariz”; o bilhete de loteria que saiu branco; a morte da mulher do Dr. Domiciano e não a filha dêle, porque “como não gosto de mentir, já vou dizendo o contrário”; as peraltices dos filhos...

Como estudante de preparatórios e como acadêmico de Direito, o filho do Dr. Rodrigues deu bastante trabalho, pois gostava mais de fazer versos e de compor músicas do que de estudar; além disso, não se contentava com a mesada paterna (que, na idade de 18 anos, consistia em 100 mil réis para manutenção e mais 8 mil réis por domingo...).

As sucessivas recomendações do pai austero, intransigente quanto aos estudos e rigoroso quanto aos gastos, correspondiam os não menos persistentes conselhos de Dona Eulália, mas também, sempre que possível, a remessa às escondidas de 5 ou 10 mil réis, em carta ou de mistura com jabuticabas...

A ETAPA FINAL.

Ao iniciar-se a década de 1880-1890, gozava a família do Dr. Rodrigues de próspera situação financeira, graças à fortuna recebida como herança após o falecimento de Joaquim José Moreira Lima, em janeiro de 1879 (da qual fazia parte o dote que o genro havia recusado receber por ocasião do casamento, em março de 1867), e do Coronel João José Rodrigues, em setembro daquele mesmo ano de 1879, além do que conseguira acumular no exercício da advocacia. Em bens imóveis (casas e fazendas), essa fortuna correspondia a uns 40 contos de réis, moeda da época. Mas havia ainda uns 15 contos em escravos e 7 contos em dívidas por receber.

Todavia, dois travos amargavam a existência do nosso biografado: o ostracismo na política, em consequência do longo domínio dos Liberais; e a doença que, lentamente, minava seu organismo combalido pela extremada dedicação à coisa pública e por muitas ingratidões.

A partir de 1885, a situação piorou bastante, não só porque agravou-se o estado de saúde do Dr. Rodrigues, tornando-se evidente que era vítima de séria afecção pulmonar, como porque veio a sofrer a primeira crise em sua vida econômica.

“Estou com um reumatismo na caixa do peito, que me atormenta, além de outros incômodos — definho a olhos vistos” — escreveu êle ao seu filho em fevereiro de 1885. De outro lado, sofrera um prejuízo de 45 contos de réis, que o abalou fundamentalmente, obrigando a um regime de rigorosa economia, ao mesmo tempo que a fazenda só lhe dava preocupações: “Amanhã seguimos para o Piquete trabalhar, a fim de ver se os ladrões não me roubam mais” (carta de julho de 1885); “Estou atarefado com a colheita do café — poucos braços e café a cair” (julho de 1885); “Andamos aqui muito atrapalhados e com cuidados indizíveis”, “de modo que não é possível ter-se sossêgo de espírito” (outubro de 1885).

De nada valeu a ascensão ao poder do Partido Conservador, em agosto de 1885, com o ministério do Barão de Cotegipe. O Dr. Rodrigues envelhecera precocemente, “definhava a olhos vistos”, apesar de não ter mais do que 47 anos de idade, pois nascera em Lorena a 13 de junho de 1838.

Já tivemos ocasião, noutra oportunidade, de focalizar essa fase final de sua grande vida (*). Limitar-nos-emos, por isso, a relembrar os fatos de maior importância que antecederam sua morte, em janeiro de 1889.

No decorrer do ano de 1886, a situação financeira do Dr. Rodrigues melhorou um pouco, mas a doença prosseguia em sua marcha inexorável. Em 1887, seu nome foi lembrado para representar o distrito, uma vez mais, na Assembléa Provincial; recusou, porém, tal honra, em virtude da precariedade de seu estado de saúde.

Por essa época, a campanha abolicionista e os problemas que abria constituíam sua constante preocupação. E não era para menos, pois tinha grande parte de sua fortuna empatada em escravos: em março de 1887, possuía nada menos de 74 escravos, o que correspondia a no mínimo 70 contos de réis, avul-

(*) — AZEVEDO (Aroldo de), *Última etapa da vida do Barão de Santa Eulália (O ocaso do Segundo Império, através de documentos inéditos)*, em ‘*Revista de História*’, n.º 10, São Paulo, 1952.

tada quantia para um tempo em que uma casa confortável custava 10 contos de réis, um cavalo 200 mil réis, um boi 50 mil réis, uma barrica de açúcar alvo 20 mil réis.

Além disso, desalentadoras eram as perspectivas em face do esgotamento das terras lorenenses e da franca decadência em que se achava a lavoura cafeeira.

O Dr. Rodrigues não era um escravocrata, mas não podia concordar com o caráter demagógico que vinha sendo emprestado à campanha abolicionista. Em carta ao conselheiro Rodrigues Alves, em maio de 1887, protestava com energia contra a libertação violenta de muitos escravos, em flagrante desrespeito à propriedade alheia: “Se não querem que exista escravo, acabem duma vez com êle; mas não obriguem os lavradores a libertá-los coagidos pela pau, pelo roubo e pela chicana” — escreveu. Não acreditava que o braço livre do colono europeu pudesse ser empregado nas fazendas do Vale do Paraíba, porque, “infelizmente, o Norte não é igual ao Oeste, onde a uberdade da terra e a grande produção convidam ao trabalho livre e dão-lhe compensação”. “Qual será o colono que quererá tratar mil pés de café para colher 20 arrôbas?” — perguntava com razão, ao seu grande amigo de Guaratinguetá, futuro Presidente da República. Julgava que os lavradores da região não poderiam ser desprezados ou sacrificados em benefício dos de outras regiões mais ricas. “Se acham que presentemente o trabalho escravo já não remunera o produtor, e que é um ônus para os que dêle se utilizam, que libertem os seus os que assim pensam, independente de Lei — mas não venham obrigar aos que de modo contrário e por necessidade divergem de semelhante inteligência, a terem igual procedimento” — argumentava, com desassombro, para concluir: “O Norte de São Paulo e a Província do Rio, desgraçadamente, se vêem em idênticas circunstâncias: para nós, a imigração é um sonho difícil de realizar-se e as medidas que o Poder tomar com relação a ela nos servirá igualmente”.

Era um grito de alarme, ditado não por interêsses mesquinhos mas pelo bom-senso, em prol de uma solução que fôsse capaz de evitar a degradingolada econômica dos fazendeiros de vasta área do país onde o colono europeu não poderia ser utilizado. No entanto, os acontecimentos se precipitavam e a abolição total, pura e simples, não tardaria a ser um fato consumado.

No dia de Natal do ano de 1887, reuniu o Dr. Rodrigues todos os seus escravos e participou-lhes que, no Natal de 1888, receberiam sua carta de liberdade sem condição alguma e trans-

formar-se-iam em meeiros ou diaristas, conforme melhor lhes aprouvesse. Era muito tarde, porém: “depois dessa declaração” — informa o nosso biografado, “ficaram vadios, exigentes, insubordinados, e afinal, em fins de março (de 1888), retiraram-se de minha casa”.

Nesse mesmo mês de março de 1888, subiu ao poder o ministério João Alfredo e a 13 de maio assinava Dona Isabel a famosa “Lei Áurea”.

Os meses subseqüentes envolveram o Dr. Rodrigues em sua derradeira batalha política. Abrira-se uma vaga na representação paulista no Senado do Império com o falecimento do Conselheiro Carrão, em junho de 1888; e a “União Conservadora” apresentou três nomes ilustres que deveriam constituir a lista tríplice a ser oferecida à escôlha do Imperador: Rodrigo Silva, Duarte de Azevedo e Lopes Chaves, embora ainda houvesse um candidato avulso, saído das próprias hostes conservadoras — João Mendes de Almeida.

A situação era delicadíssima, não apenas devido a essa divergência dentro do Partido, como em virtude do crescente prestígio do Partido Republicano no então 3.º distrito eleitoral. Apelaram todos para o alquebrado mas incontestemente chefe político dessa porção do Vale do Paraíba. E êle, apesar da precariedade de seu estado de saúde, iniciou em julho de 1888 a campanha eleitoral em favor dos três nomes indicados pela “União Conservadora”. Escreveu cartas, fêz distribuir circulares, visitou alguns colégios eleitorais.

Em carta a Dutra Rodrigues, um dos chefes do Partido, deu mais uma vez a prova de suas excepcionais qualidades de homem público, ao escrever estas palavras (julho de 1888):

“Não devia cuidar mais de política; estou velho, cansado e muito doente; e, além disso, tenho sofrido tanto por ela, em contrariedades, prejuízos e desconsideração — que era para estar em paz no meu lar, procurando ressarcir os prejuízos que tenho, vendo a minha Fazenda sem ter nem quem cozinhe, e os cereais e café a se perder sem encontrar quem os colha; mas, amigo do Rodrigo, vendo a cruzada que se levantava contra êle, esqueci-me de tudo e tratei desde logo de procurar suavizar-lhe a guerra que lhe faziam. E’ defeito de temperamento, que já agora não poderei corrigir: ser amigo do amigo e político pela política”.

Deixou de lado seus interêsses particulares, não levou em conta a enfermidade que minava seu organismo, para servir ao Partido a que se ligara desde o berço, para auxiliar o amigo

ilustre cuja eleição estava ameaçada, em obediência aos ditames de sua consciência política.

O prélio eleitoral travou-se no mês de agosto e a vitória dos Conservadores foi absoluta, surgindo à frente da lista tríplice, com uma diferença de 800 votos a mais sobre o segundo colocado, o nome de Rodrigo Silva. Como este próprio o afirmou, em carta ao Dr. Rodrigues, ficara demonstrado que o nosso biografado era “um general como o exige a política nos dias críticos”.

Poucos meses de vida teve mais, pois a doença desafiava os recursos da ciência da época. “Continuo doente, impossibilitado de andar pelo cansaço que produz e vejo que não poderei ficar mais são” — informava o próprio Dr. Rodrigues ao filho, então acadêmico de Direito, em carta de 6 de outubro. “Seu pai, se um dia passa melhor, dois e três passa pior; não tem melhoras que satisfaçam” — escrevia Dona Eulália, em 25 de outubro.

Em novembro, duas alegrias vieram minorar sua existência a findar-se. Em carta datada de São Paulo, em 15 desse mês, seu filho agradece os parabéns que o Dr. Rodrigues enviara por sua aprovação em exames do curso jurídico. “Tive a felicidade de ver correspondidos os meus esforços e de poder assim dar-lhe a satisfação de me ver por duas vezes bem sucedido nos meus estudos. Não tanto por mim, como pelo desejo que tinha de dar-lhe esse prazer, me esforcei sempre para alcançar o plenamente e continuarei a proceder assim, porque não quero que por desleixo meu o senhor tenha o desgosto de me ver simplificado ou reprovado. Assim Deus me ajude, pois se alguns dissabores lhes tenho causado, é absolutamente contra a minha vontade” — escreve Arnolfo Azevedo, nessa ocasião.

A 22 de novembro de 1888, o Imperador Dom Pedro II, “gras ao seu espírito benemerente devotado a obras de caridade e ao seu notável zêlo pela agricultura e a indústria”, agraciou-o com o título de **Barão de Santa Eulália**, título que significava uma terna homenagem à sua companheira de mais de 21 anos.

Todavia, o novo Barão lorenense era um homem fisicamente acabado, embora tivesse apenas 50 anos de idade. “Era doloroso vê-lo nos últimos dias de vida, profundamente aflito, aspirando sôfregamente o ar que lhe faltava, como se lhe houvesse feito o vácuo ao redor” — escreveu o então promotor público de Lorena, Dr. Urbano Marcondes, por ocasião de sua morte. Já era o “Barão da Sepultura”, conforme as palavras de um desafeto político, despido da caridade cristã, ditas bem alto

junto à janela de sua residência, no Largo da Matriz, onde o Dr. Rodrigues se encontrava, à procura de mais ar para seus pulmões.

Foi às 11 horas da noite do dia 15 de janeiro de 1889 que faleceu em Lorena, em sua casa do Largo da Matriz, o Dr. Antônio Rodrigues d'Azevedo, Barão de Santa Eulália. Ao seu sepultamento, verificado às 6 horas da tarde do dia seguinte, acorreram mais de mil pessoas, não apenas da própria cidade, como de Cruzeiro, Cachoeira, Piquete, Guaratinguetá e Pindamonhangaba — conforme o atesta o número especial de "O Santelmo" (ano I, n.º 19), publicado no dia 20 de janeiro. As cerimônias fúnebres tiveram lugar na igreja de São Benedito e, "à entrada do Cemitério, que estava repleto de povo, uma força comandada pelo digno Tenente Aires de Campos Castro fêz as honras que eram devidas ao distinto paulista que ia baixar ao túmulo", que no momento ocupava um dos lugares de Vice-Presidente da Província. Lá se encontravam os membros da família, entre os quais Arnolfo Azevedo, o Conde de Moreira Lima, o Barão de Castro Lima, o Barão da Bocaina, o comendador Arlindo Braga e o Dr. Alsino Braga; além de alguns amigos fiéis, como o Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, o major Francisco de Assis e Oliveira Borges, o Dr. José Vicente Marcondes Romeiro, o tenente-coronel Joaquim Vieira Teixeira Pinto e muitos outros.

Jornais da Côrte e da capital da Província, da mesma forma que homens da época, testemunharam públicamente sua admiração e seu respeito pela vida que assim se findava. Vida cheia de lutas e de dissabores, mas repleta de ensinamentos, em que a dignidade de atitudes e a superioridade das idéias fazem daquêlle que a viveu um dos mais ilustres filhos de Lorena e de toda Terra Paulista, embora sua duração não passasse de 50 anos. Um grande exemplo para a geração de hoje, motivo de justificado orgulho para todos os lorenenses.

Por isso mesmo, seu nome há de ser muitas outras vêzes recordado através dos anos que hão de vir. Não apenas porque figura nas placas da mais importante e movimentada das ruas de Lorena, mas pelo que simboliza de dignidade da pessoa humana, de expressão de uma sociedade e de uma época, por ser um legítimo "barão do café".

AROLD DE AZEVEDO
da Universidade de São Paulo.